



Metropaulo Energia S.A. - Companhia Aberta

Enel Trading Brasil S.A.

CNPJ: 30.248.458/0001-25

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023
Com relatório dos auditores independentes

Enel Trading Brasil S.A.

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Índice

Relatório da administração	1
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	4
Demonstrações financeiras	
Balanços patrimoniais	8
Demonstração do resultado	9
Demonstração do resultado abrangente	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstrações dos fluxos de caixa	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras	13

Relatório da Administração - 2023

Enel Trading Brasil S.A.

1º de março de 2024

Relações com Investidores

<https://ri.enel.com/publicacoes/central-de-resultados#publicacoes> | brasil.investorrelations@enel.com

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023

Senhores Acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a administração da Enel Trading Brasil S.A. (ou “Companhia”) submete à apreciação dos senhores o Relatório da Administração do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

1 PERFIL*

A Enel Trading Brasil S.A. (“Companhia” ou “Enel Trading”), sociedade por ações de capital fechado, com sede na Av. Oscar Niemeyer, 2000, Bloco 01, Sala 501, Santo Cristo, Rio de Janeiro, é controlada pela Enel Brasil S.A, e tem por objetivo a comercialização, promoção de compra e venda no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. Em 2021, iniciaram-se as atividades no mercado de comercialização de energia, uma iniciativa que busca promover uma gestão mais otimizada do balanço energético e um aperfeiçoamento da estratégia comercial. As atividades da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”). A Enel Trading iniciou suas atividades de comercialização em janeiro de 2021.

Em 29 de dezembro de 2020, a Companhia obteve autorização do Ministério de Minas e Energia para importar energia da Argentina e do Uruguai. A energia importada será destinada ao mercado de curto prazo brasileiro, nos termos da Portaria MME nº 339/2018, 304/2020 e 523/2021, em montantes estabelecidos pelo ONS – Operador Nacional do Sistema, no sentido de reduzir os custos de operação do SIN – Sistema Interligado Nacional.

2 PRINCIPAIS INDICADORES

Indicadores Operacionais

	2023	2022	Variação	Var. %
Volume de energia vendida (GWh)	25.744	35.004	(9.260)	-26,5%
Quantidade de clientes (consumidores finais)	3.957	3.192	765	24,0%
Quantidade de contratos firmados (consumidores finais)	749	332	417	125,6%
Prazo médio dos contratos (anos)	4	4	(0)	-4,8%

Número de Colaboradores

	2023	2022	Variação	Var. %
Número de colaboradores próprios	129	101	44	27,7%
Total	129	101	44	27,7%

Indicadores Patrimoniais

	2023	2022	Variação	Var. %
Ativo total	814.966	721.040	93.926	13,0%
Patrimônio líquido	269.788	109.631	160.157	146,1%
Capital Social	54.280	5.280	49.000	>100%
Valor patrimonial por ação (R\$)	0,0511	0,0208	0,0303	146,1%

* Valores não auditados pelos auditores independentes

3 DESEMPENHO OPERACIONAL

A quantidade de energia vendida faturada pela Enel Trading em 2023 foi de 25.744 GWh.

Em relação a carteira de clientes atendidos pela companhia, o número total de consumidores finais atendidos em 2023 foi de 3.957. Em relação a quantidade de contratos firmados com consumidores finais, para 2023 e os anos seguintes, foi de um total de 749.

4 DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Resultado Consolidado

Valores em R\$ Mil

	2023	2022	Variação	Var. %
Receita Operacional Bruta	4.345.687	4.984.965	(639.278)	-12,8%
Deduções da Receita Bruta	-434.807	(468.153)	33.346	-7,1%
Receita Operacional Líquida	3.910.880	4.516.812	(605.932)	-13,4%
Custo do Serviço e despesas operacionais	-3.609.722	(4.331.523)	721.801	-16,7%
Resultado Financeiro	15.215	21.302	(6.087)	-28,6%
Lucro Antes do Imposto de Renda	316.373	206.591	109.782	53,1%
Imposto de Renda e Contribuição Social	-104.797	(70.566)	(34.231)	48,5%
Lucro Líquido/Prejuízo	211.576	136.025	75.551	55,5%
Margem Líquida	5,4%	3,01%	0,024	79,6%
Lucro Líquido por ação (R\$)	0,0401	0,0258	0,014	55,5%

A Enel Trading Brasil S.A. teve uma Receita Operacional Bruta de R\$ 4.345,7 milhões e uma Receita Operacional Líquida de R\$ 3.910,9 milhões em 2023, uma queda de 12,8% e 13,4% respectivamente se comparado ao ano anterior.

Os custos do serviço e despesas operacionais apresentaram um total de R\$ 3.609,7 milhões no ano de 2023, queda de 16,7% se comparado ao ano de 2022.

O Resultado Financeiro teve uma Receita de R\$ 15,2 milhões resultado 28,6% inferior ao mesmo período de 2022.

Em 2023, a Companhia registrou um Lucro Líquido de R\$ 211,6 milhões.

5 COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

Acionistas	2023		2022	
	Quantidade de Ações	%	Quantidade de Ações	%
Enel Brasil S.A.	5.280.312	100,00%	5.280.312	100,00%
Total	5.280.312	100,00%	5.280.312	100,00%

6 AGRADECIMENTOS

A Administração expressa seus agradecimentos aos acionistas, parceiros, fornecedores e clientes e, em especial, a todos os colaboradores, sejam próprios ou de empresas parceiras. Reconhece ainda que os resultados alcançados em 2023 se tornaram efetivos pelo especial comprometimento, dedicação e competência demonstrados.

A Administração.

7 INFORMAÇÕES CORPORATIVAS

Diretoria Executiva

Matteo de Zan
Raffaele Enrico Grandi

Descrição do Cargo

Diretor-Presidente
Diretor Administrativo, Financeiro e de Planejamento e Controle

Relações com Investidores

Fabio Romanin

Contadora Responsável

Camila Silva de Mello - CRC 1RS083577/O-5



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Diretores e Acionistas da
Enel Trading Brasil S.A.
Rio de Janeiro - RJ**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Enel Trading Brasil S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Enel Trading Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as

divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 1 de março de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6-F-RJ



Alexandre Vinicius Ribeiro de Figueiredo
Contador CRC RJ-092563/O-1

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	31.12.2023	31.12.2022
<u>Ativo circulante</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	228.508	60.393
Títulos e valores mobiliários	4	87.351	62.063
Contas a receber de clientes	5	458.669	575.559
Imposto de renda e contribuição social compensáveis		-	847
Outros tributos compensáveis		1.711	-
Instrumentos financeiros derivativos	17.1	23.133	19.561
Outros créditos		485	302
Total do ativo circulante		799.857	718.725
<u>Ativo não circulante</u>			
Tributos diferidos	12	872	-
Intangível	6	14.237	2.315
Total do ativo não circulante		15.109	2.315
Total do ativo		814.966	721.040

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	31.12.2023	31.12.2022
<u>Passivo circulante</u>			
Fornecedores	7	395.258	444.390
Salários, provisões e encargos sociais		6.172	4.949
Imposto de renda e contribuição social a pagar		13.297	-
Outras obrigações fiscais	8	42.412	36.025
Cauções em garantias	9	6.605	16.387
Dividendos a pagar	11	14.919	74.006
Outras obrigações		642	-
Total do passivo circulante		479.305	575.757
<u>Passivo não circulante</u>			
Tributos diferidos	15	-	1.684
Cauções em garantias	9	65.873	33.968
Total do passivo não circulante		65.873	35.652
<u>Patrimônio líquido</u>			
Capital social	11	54.280	5.280
Capital social (a integralizar)		(9)	(9)
Reserva legal		10.856	1.056
Reservas de lucros		54.304	54.304
Dividendos adicionais propostos		150.357	49.000
Total do patrimônio líquido		269.788	109.631
Total do passivo e do patrimônio líquido		814.966	721.040

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto resultado por ação)

	<u>Notas</u>	2023	2022
Receita líquida	12	3.910.880	4.516.812
Custo do serviço	13	(3.583.762)	(4.320.529)
Lucro bruto		327.118	196.283
Despesas operacionais	13		
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber		1.324	3.292
Despesas gerais e administrativas		(30.607)	(14.286)
Outras receitas (despesas) operacionais		3.323	-
Total despesas operacionais		(25.960)	(10.994)
Resultado do serviço público de energia elétrica		301.158	185.289
Resultado financeiro	14		
Receitas financeiras		28.461	22.925
Despesas financeiras		(13.246)	(1.623)
Total do resultado financeiro		15.215	21.302
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		316.373	206.591
Imposto de renda e contribuição social correntes	15	(107.353)	(63.258)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	2.556	(7.308)
		(104.797)	(70.566)
Lucro líquido do exercício		211.576	136.025
Resultado por ação do exercício - básico e diluído (reais por ação)		40,07	25,76

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	211.576	136.025
Total de outros resultados abrangentes do exercício	211.576	136.025

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social		Reserva de lucros		Proposta para distribuição de dividendos adicionais	Lucros acumulados	Total
	Capitl subscrito	(-) a integralizar	Reserva legal	Reforço de capital de giro			
Saldo em 31 de dezembro de 2021	5.280	(9)	1.056	1.285	206.434	-	214.046
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	136.025	136.025
Aprovação da proposta de dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	(206.434)	-	(206.434)
Dividendos mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	(34.006)	(34.006)
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	49.000	(49.000)	-
Reserva de reforço de capital de giro	-	-	-	53.019	-	(53.019)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	5.280	(9)	1.056	54.304	49.000	-	109.631
Aumento de capital	49.000	-	-	-	(49.000)	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	211.576	211.576
Reserva legal	-	-	9.800	-	-	(9.800)	-
Dividendos mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	(14.919)	(14.919)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(6.500)	(6.500)
Dividendos intercalares	-	-	-	-	-	(30.000)	(30.000)
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	150.357	(150.357)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	54.280	(9)	10.856	54.304	150.357	-	269.788

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

	31.12.2023	31.12.2022
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	211.576	136.025
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais:		
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	1.324	3.292
Juros provisionados sobre empréstimos e financiamentos	67	-
Depreciação e amortização	1.094	626
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - juros e variação cambial	(3.572)	(20.834)
Tributos e contribuições social diferidos	-	1
Imposto de renda e contribuição social correntes	107.353	63.258
Redução (aumento) dos ativos:		
Contas a receber de clientes	115.566	155.612
Imposto de renda e contribuição sociais compensáveis	(3.555)	22.937
Outros tributos compensáveis	(1.711)	-
Outros créditos	(183)	(72)
Aumento (redução) dos passivos:		
Fornecedores	(49.132)	(153.769)
Salários, provisões e encargos sociais	1.223	2.957
Cauções em garantia	22.123	25.248
Outras obrigações fiscais	6.387	13.161
Outras obrigações	642	-
	409.202	248.442
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(92.210)	(80.343)
Pagamentos de juros de empréstimos e financiamentos	(67)	(24)
Caixa líquido gerado (utilizado) pelas atividades operacionais	316.925	168.075
Atividades de investimentos:		
Adições do imobilizado e intangível	(13.016)	(2.941)
Títulos e valores mobiliários	(25.288)	(26.553)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(38.304)	(29.494)
Atividades de financiamentos:		
Captação de mútuo	40.158	-
Pagamentos de mútuo	(40.158)	-
Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio	(110.506)	(235.246)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	(110.506)	(235.246)
Varição no caixa líquido da Companhia	168.115	(96.665)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	60.393	157.058
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	228.508	60.393

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



1. Contexto operacional

A Enel Trading Brasil S.A. ("Companhia" ou "Enel Trading"), sociedade por ações de capital fechado, com sede na Av. Oscar Niemeyer, 2000, Bloco 01, Sala 501, Santo Cristo, Rio de Janeiro, é controlada pela Enel Brasil S.A, e tem por objeto social a prática de atos de comércio atacadista e varejista de energia, atividades de importação e exportação, atividades de gestão, como produtos e serviços correlatos, bem como a participação em outras sociedades.

A Companhia tem por objetivo a comercialização, promoção de compra e venda no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. Em 2021, iniciaram-se as atividades no mercado de comercialização de energia, uma iniciativa que busca promover uma gestão mais otimizada do balanço energético e um aperfeiçoamento da estratégia comercial. As atividades da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL").

Através da Portaria Nº 1.962/SPE/MME, de 27 de fevereiro de 2023, a Companhia foi autorizada pelo Ministério de Minas e Energia a importar e exportar energia da Argentina e do Uruguai. A energia importada é destinada ao Mercado de Curto Prazo brasileiro, nos termos da Portaria MME nº 60/2022, em montantes estabelecidos pelo ONS – Operador Nacional do Sistema, no sentido de reduzir os custos de operação do SIN – Sistema Interligado Nacional. A exportação comercial de energia elétrica a partir do Brasil, nos termos da Portaria MME nº 49/2022, se dá a partir de excedentes energéticos que não seriam aproveitados pelo Brasil, portanto, aumentam a demanda nacional e não afetam a segurança energética, sendo a autorização válida até 2026.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Base de preparação

2.1.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

A Companhia considerou a Orientação Técnica OCPC 07 (R1) e o Pronunciamento Contábil CPC 26 (R1) para divulgação das políticas contábeis que, a partir de 1º de janeiro de 2023, exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais" em vez de "significativas".

Estas alterações não resultaram em nenhuma mudança relevante, veja nota explicativa 2.4. A Companhia aplicou e divulgou as políticas contábeis de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário.

A Administração da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras em 1º de março de 2024.

2.1.2 Moeda funcional e transações em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.1.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicada a base diferente de mensuração.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



2.2 Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 1º de janeiro de 2023

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

As novas normas contábeis ou aquelas alteradas que passaram a vigorar para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023 estão evidenciadas a seguir e não resultaram em alterações materiais para as políticas contábeis atualmente utilizadas pela Companhia:

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 50 – Contratos de seguro	Adoção inicial	1º de janeiro de 2023
CPC 32 – Tributos sobre o Lucro	Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	1º de janeiro de 2023
CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Prover <i>guidance</i> sobre distinção entre políticas contábeis e estimativas contábeis.	1º de janeiro de 2023
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis	Divulgação de políticas contábeis	1º de janeiro de 2023
CPC 32 – Tributos sobre o lucro	Reforma tributária internacional - Regras modelo do pilar dois	23 de maio de 2023

2.3 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não vigentes até a data de emissão dessas demonstrações financeiras, foram avaliadas. Se aplicável aos negócios da Companhia, os pronunciamentos novos ou alterados serão adotados assim que sua adoção entrar em vigor

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis	Requisitos para classificação de passivo circulante e não circulante e passivo circulante com <i>covenants</i> .	1º de janeiro de 2024
CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa e CPC 40 – instrumentos financeiros: evidenciação	Requisitos de divulgação para acordos de financiamento de fornecedores, apresentando como esses acordos afetam os passivos e os fluxos de caixa de uma entidade; e como a entidade poderia ser afetada se os acordos já não estivessem disponíveis para ela.	1º de janeiro de 2024
CPC 06 (R2) – Arrendamentos	Responsabilidade de arrendamento em uma venda e relocação.	1º de janeiro de 2024
CPC 02 – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio	Falta de trocabilidade para exigir que uma entidade aplique uma abordagem consistente para avaliar se uma moeda é trocável por outra moeda e, quando não o é, para determinar a taxa de câmbio a utilizar e as divulgações a fornecer.	1º de janeiro de 2025
CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) – Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou <i>Joint venture</i>	Prover <i>guidance</i> para situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre investidor e suas coligadas.	A data efetiva dessas alterações foi diferida por tempo indeterminado. A adoção antecipada continua

sendo permitida somente para IFRS.

2.4 Aplicação de julgamentos, estimativas e premissas contábeis materiais

As práticas contábeis e estimativas materiais da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas.

A Companhia adota premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, deve ser considerado que há uma incerteza inerente relativa à determinação dessas premissas e estimativas, o que poderá levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do referido ativo ou passivo em períodos futuros na medida em que novas informações estejam disponíveis.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, estão apresentadas nas notas explicativas.

A seguir estão apresentadas as notas explicativas que contém informações sobre julgamentos e principais premissas realizadas.

- Nota 5 – Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa;
- Nota 10 – Provisões para processos judiciais;
- Nota 15 – Imposto de renda e contribuição social diferidos; e
- Nota 17 – Instrumentos financeiros.

3. Caixa e equivalentes de caixa

De acordo com o modelo de negócios da Companhia, os saldos de caixa e equivalentes de caixa são classificados como custo amortizado pois tem como objetivo coletar os fluxos de caixa de principal e juros. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, juros e correção monetária, em contrapartida ao resultado, calculados com base no método de taxa de juros efetiva, conforme definido na data da sua contratação e atualização da taxa CDI mensal.

Caixa e equivalentes de caixa, incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e estão demonstradas pelo custo acrescido dos juros auferidos por apresentarem risco insignificante de variação no seu valor de mercado.

Redução ao valor recuperável: todo saldo relacionado a caixa e equivalentes de caixa está sujeito à análise de perdas esperadas de acordo com o CPC 48/ IFRS 9 Instrumentos Financeiros. Os investimentos da Companhia são realizados com base na sua política que determina a diversificação do risco de crédito, centralização de suas transações em instituições de primeira linha e estabelecendo limites de concentração e critérios de *ratings* das principais agências de risco. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não há expectativa de perda de ativos financeiros nas instituições para os quais a Companhia possui caixa, equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo. Desse modo, não foi registrada nenhuma perda esperada associada a esses ativos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	31.12.2023	31.12.2022
Caixa e contas correntes bancárias	60.225	11.133
Aplicações financeiras		
CDBs (Aplicações diretas)	168.283	8.223
Operações compromissadas	-	41.037
Total	228.508	60.393

As aplicações financeiras, representadas principalmente por Certificados de depósitos bancários - CDBs, que possuem conversibilidade imediata, insignificante risco de mudança de valor, montante conhecido de caixa no momento do resgate e expectativa de realização em até 90 dias são registradas como equivalentes de caixa. A taxa média de remuneração dos CDBs no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foi de 99,89% (101,97% em 31 de dezembro de 2022).

Os investimentos da Companhia são realizados com base na sua política que determina a diversificação do risco de crédito, centralização de suas transações em instituições de primeira linha e estabelecimento de limites de concentração e critérios de ratings das principais agências de risco (mais detalhes na nota explicativa nº16). A taxa média de remuneração dos investimentos em operações compromissadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foi de 101,97%.

4. Títulos e valores mobiliários

Os títulos são classificados como valor justo por meio do resultado, referem-se principalmente a investimento em Fundos de Investimento e Títulos Públicos. Estes investimentos financeiros possuem prazos de vencimento superiores a três meses e, em sua maioria, são representados no ativo circulante em função da expectativa de realização ou vencimento no curto prazo.

	31.12.2023	31.12.2022
Fundos de investimentos não exclusivos	87.351	62.063
Total	87.351	62.063

A Companhia aplica uma parcela do seu caixa em fundos de Investimento não exclusivo, administrados por *Asset* de primeira linha. Esses fundos são classificados como renda fixa, possuem alta liquidez e buscam retorno compatível com o benchmark que é a taxa CDI. A taxa média de remuneração no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foi de 96% (85% em 31 de dezembro de 2022). Nenhum desses ativos está vencido nem apresenta problemas de recuperação ou redução ao valor recuperável no encerramento dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

5. Contas a receber de clientes

O saldo registrado engloba as contas a receber com venda de energia, registrado pelo valor de custo incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária da Companhia e deduzidos de provisão para ajuste ao valor recuperável, quando aplicável.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	A vencer	Vencidos		Total	Total
		até 90 dias	mais de 90 dias	31.12.2023	31.12.2022
Clientes	364.330	8.806	720	373.856	429.625
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	-	-	-	-	10.724
Contas a receber - partes relacionadas (nota 16)	56.411	38.951	-	95.362	147.083
	<u>420.741</u>	<u>47.757</u>	<u>720</u>	<u>469.218</u>	<u>587.432</u>
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	(9.365)	(508)	(676)	(10.549)	(11.873)
Total	411.376	47.249	44	458.669	575.559

O prazo médio de recebimento dos valores relativos às faturas de venda de energia é de aproximadamente 30 dias, contados a partir do primeiro dia do mês subsequente à venda.

As transações de energia no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), são realizados no Mercado de Curto Prazo (MCP) e são liquidadas de acordo com as regras de mercado e com as Resoluções da ANEEL. A energia comercializada na CCEE normalmente é liquidada em até 60 dias após o mês de sua ocorrência.

Uso de estimativas**Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa (“PECLD”)**

As perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para todo período útil do ativo financeiro, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. As perdas estimadas foram calculadas com base na experiência de perda de crédito do Grupo Enel cujo modelo permite adoção de premissas específicas, como por exemplo, aplicação de garantias e determinação e mudança de risco de crédito individual.

A Companhia determina percentuais de perdas esperadas de crédito (“*Expected Credit Losses – ECL*”) desde o reconhecimento inicial do ativo financeiro, estes percentuais são determinados através da expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, a Probabilidade de Inadimplência (“*Probability of Default – PD*”) e o percentual de perda realizada em decorrência da inadimplência (“*Loss given default – LGD*”), os percentuais de perda esperada de crédito, ora aplicados, aumentam à medida que os ativos financeiros envelhecem.

A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda e crédito da Companhia e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro.

A movimentação da perda esperada para créditos de liquidação duvidosa é a seguinte:

	31.12.2022	Adição	Reversão	31.12.2023
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	(11.873)	(2.313)	3.637	(10.549)
Total	(11.873)	(2.313)	3.637	(10.549)

	31.12.2021	Adição	Reversão	31.12.2022
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	(15.165)	(2.680)	5.972	(11.873)
Total	(15.165)	(2.680)	5.972	(11.873)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



6. Intangível

O ativo intangível é demonstrado ao custo de aquisição e/ou de construção, incluindo a margem de construção. O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

Uso de estimativas:

A Companhia avalia anualmente eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Caso exista um indicador de perda de valor recuperável, o teste é realizado anualmente no fim de cada exercício social ou sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O valor recuperável do ativo é definido como sendo o maior entre o valor de uso e o valor justo menos custo para venda.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não foram observados indicativos de que os ativos relevantes da Companhia estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido.

A composição do saldo de ativos intangíveis é como segue:

	31.12.2023					31.12.2022
	Em serviço			Em curso		Total
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Total	
Software	-	-	-	2.162	2.162	1.176
Custo incremental - CCEE	13.198	(1.720)	11.478	-	11.478	1.139
Total	13.198	(1.720)	11.478	2.162	13.640	2.315

O custo incremental – CCEE tem taxa anual de amortização de 25% a.a..

A movimentação do intangível está demonstrada a seguir:

	Em serviço			Em curso	Total
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	-	-	-	-
Adições	1.765	-	1.765	1.176	2.941
Amortização	-	(626)	(626)	-	(626)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.765	(626)	1.139	1.176	2.315
Adições	11.433	-	11.433	986	12.419
Amortização	-	(1.094)	(1.094)	-	(1.094)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	13.198	(1.720)	11.478	2.162	13.640

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



7. Fornecedores

A Companhia utiliza o método de custo amortizado para reconhecimento e mensuração dos saldos de fornecedores.

	31.12.2023	31.12.2022
Compra de Energia	165.976	185.798
Compra de Energia - partes relacionadas (nota 16)	210.312	255.868
Total energia	376.288	441.666
Materiais e serviços	15.721	1.939
Materiais e serviços - partes relacionadas (nota 16)	3.249	785
Total materiais e serviços	18.970	2.724
Total	395.258	444.390

8. Outras obrigações fiscais

	31.12.2023	31.12.2022
Obrigações fiscais federais		
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	4.746	1.494
Programa de integração social - PIS	1.025	324
	5.771	1.818
Obrigações fiscais estaduais		
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	36.610	34.194
	36.610	34.194
Obrigações fiscais municipais		
Outros tributos e contribuições	31	13
	31	13
Total	42.412	36.025

9. Cauções em garantias

Como forma de cumprimento de garantias, a Companhia possibilita que os clientes depositem cauções relacionadas aos contratos de venda de energia que são mantidos até o final do contrato, quando o cliente tem a opção de reaver os valores caucionados atualizados pelo CDI, ou compensar com as últimas faturas de energia. O

	31.12.2023	31.12.2022
Saldo do início do exercício	50.355	25.107
Adição	77.338	31.483
Baixa	(56.098)	(6.235)
Atualização	883	-
Saldo do final do exercício	72.478	50.355
Circulante	6.605	16.387
Não circulante	65.873	33.968

10. Provisão para processos judiciais

As provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (formalizada ou não formalizada) como resultado de evento passado, é provável que uma

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



saída de recursos econômicos seja necessária para liquidar a obrigação, e possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Uso de estimativas:

A avaliação da probabilidade de perda por parte dos assessores jurídicos da Companhia inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. O cálculo dos montantes provisionados é realizado com base em valores estimados e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos, responsáveis pelos processos. As provisões são revisadas pelo menos trimestralmente e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos e decisões de tribunais.

Quando existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários, a Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para eventuais assuntos identificados em fiscalizações realizadas pelas autoridades tributárias das respectivas jurisdições em que opera e cuja probabilidade de perda seja avaliada como provável. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência em fiscalizações anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, a Companhia não está envolvida em ações judiciais em que a probabilidade de perda foi julgada como possível e/ou provável.

Decisão STF – Coisa julgada

Conforme requerido no ofício circular nº 1/2023/CVM/SNC/SEP, de 13 de fevereiro de 2023, a Companhia confirma que não há impacto nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, relacionadas à decisão do STF – Supremo Tribunal Federal, do dia 8 de fevereiro de 2023, sobre coisa julgada em matéria tributária.

11. Patrimônio líquido

11.1 Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 54.280 (R\$ 5.280 em 31 de dezembro de 2022), sendo R\$ 54.271 integralizado e R\$ 9 a integralizar, em ações ordinárias e sem valor nominal, com a composição acionária a seguir:

	31.12.2023		31.12.2022	
	Quantidade de ações	% de participação no capital	Quantidade de ações	% de participação no capital
Enel Brasil S.A.	5.280.312	100,00%	5.280.312	100,00%
Total	5.280.312	100,00%	5.280.312	100,00%

11.2 Reserva legal

O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social corrigido anualmente.

11.3 Reserva de reforço de capital de giro

O lucro remanescente (após destinações à reserva legal e dividendos mínimos obrigatórios), ressalvada deliberação em contrário da Assembleia Geral, será destinado à formação de reserva de reforço de capital de giro, cujo total não poderá exceder o valor do capital subscrito, conforme os termos do artigo 18 do estatuto social da Companhia.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



11.4 Destinação de resultado

O estatuto social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 25% calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma prevista pelo artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

	31.12.2023	31.12.2022
Lucro líquido do exercício	211.576	136.025
(-) Reserva legal	(9.800)	-
Lucro ajustado	201.776	136.025
Dividendo mínimo obrigatório	(14.919)	(34.006)
Juros sobre capital próprio	(6.500)	-
Dividendos intercalares	(30.000)	-
Reserva para reforço de capital de giro	-	(53.019)
Dividendo adicional proposto	(150.357)	(49.000)
	-	-

Aprovação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 24 de abril de 2023, foi aprovada a destinação do lucro líquido do exercício de 2022, no montante de R\$ 136.025, sendo que desse montante: R\$ 34.006 na forma de dividendos mínimos obrigatórios e R\$ 102.019 na forma reserva para reforço de capital de giro. Considerando que, após a destinação, o saldo das reservas de lucros ultrapassou o limite que trata o artigo 199 da Lei 6.404/76, foi aprovado a capitalização no montante de R\$ 49.000, sem emissão de novas ações.

A movimentação dos dividendos e juros sobre o capital próprio nos exercícios de 2023 e 2022, é como segue:

	Efeito não caixa		Efeito não caixa		Efeito caixa		
	31.12.2022	Dividendos mínimos	Dividendos intercalares	Juros sobre capital próprio declarados	Dividendos pagos	Juros sobre capital próprio pagos	31.12.2023
Dividendos a pagar	74.006	14.919	30.000	6.500	(104.006)	(6.500)	14.919

	Efeito não caixa		Efeito caixa		
	31.12.2021	Dividendos adicionais propostos	Dividendos mínimos	Dividendos pagos	31.12.2022
Dividendos a pagar	68.812	206.434	34.006	(235.246)	74.006

Em Assembleia Geral Extraordinária - AGE, realizada em 23 de outubro de 2023 foi aprovado o (i) pagamento de juros sobre o capital próprio, calculado sobre o patrimônio líquido da Companhia de 2022, com base na aplicação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), no montante de R\$ 6.500, cujo pagamento ocorreu em 30 de novembro de 2023, e (ii) o pagamento de dividendos intercalares sobre o lucro líquido apurado de janeiro de 2023 a junho de 2023, no montante de R\$ 30.000.

12. Receita líquida

A receita pode ser originada de um contrato com cliente ou outros tipos de receita, incluindo somente os ingressos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia. As quantias cobradas por conta de terceiros, tais como tributos sobre vendas não são benefícios econômicos, portanto, não estão apresentadas nas demonstrações de resultado.

O reconhecimento da receita originada de um contrato com cliente ocorre conforme CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (“CPC 47”) e é composto por cinco passos, cujos valores devem refletir a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

A Companhia reconhece suas receitas quando uma obrigação de performance é satisfeita, sendo considerado o valor que se espera receber em troca da transferência de bens ou serviços. As receitas são reconhecidas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



à medida que for provável o recebimento da contraprestação financeira em troca dos bens ou serviços ora transferidos, considerando também, a capacidade e intenção de seus clientes em cumprir com os pagamentos determinados em contrato.

A receita de comercialização de energia é registrada com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na Câmara de Comercialização de Energia (“CCEE”) reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber.

Receita de venda de energia

As receitas de venda de energia elétrica são reconhecidas no resultado de acordo com as regras estabelecidas através do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade definida em contrato com os clientes. A apuração do volume de energia comercializado ocorre em bases mensais ou conforme estabelecido em cláusulas contratuais. As receitas de suprimentos de energia elétrica incluem também as transações no mercado de curto prazo.

As vendas de energia na Câmara de Comercialização de Energia (“CCEE”) são reconhecidas pelo valor justo da contraprestação a receber quando há um excedente de geração, após a alocação de energia no MRE, denominada (“energia secundária”), liquidada no mercado SPOT (“mercado de curto prazo”) ao valor do Preço de Liquidação das Diferenças (“PLD”) e comercializado no âmbito da CCEE, nos termos da Convenção de Comercialização de energia elétrica.

	2023	2022
Receita de comercialização de energia	3.876.224	4.455.266
Receita de comercialização de energia - partes relacionadas (nota 16)	229.294	408.616
Mercado de curto prazo	236.597	100.249
Ganho com compra e venda a termo de energia	3.572	20.834
	4.345.687	4.984.965
Deduções da receita		
Cofins	(325.617)	(377.274)
Pis	(109.190)	(90.879)
	(434.807)	(468.153)
Total	3.910.880	4.516.812

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



13. Custo e despesas operacionais

	2023				2022				
	Custo do serviço	Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas) operacionais	Total	Custo do serviço	Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	Despesas gerais e administrativas	Total
Pessoal	(21.926)	-	(11.244)	-	(33.170)	(15.626)	-	(10.241)	(25.867)
(-) Capitalização dos custos de pessoal	1.312	-	-	-	1.312	-	-	-	-
Material	(235)	-	-	-	(235)	-	-	-	-
Serviços de terceiros	(2.294)	-	(15.489)	-	(17.783)	(415)	-	(1.906)	(2.321)
Serviços de terceiros partes relacionadas - partes relacionadas (nota 16)	-	-	(2.064)	-	(2.064)	-	-	(1.206)	(1.206)
Energia elétrica comprada para revenda	(778.636)	-	-	-	(778.636)	(1.235.470)	-	-	(1.235.470)
Energia elétrica comprada para revenda - partes relacionadas (nota 16)	(2.780.778)	-	-	-	(2.780.778)	(3.067.954)	-	-	(3.067.954)
Depreciação e amortização	(1.094)	-	-	-	(1.094)	(626)	-	-	(626)
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	-	1.324	-	-	1.324	-	3.292	-	3.292
Seguros	(6)	-	-	-	(6)	-	-	-	-
Comissão por intermediação de contrato	-	-	-	3.323	3.323	-	-	-	-
Outras despesas	(105)	-	(1.810)	-	(1.915)	(438)	-	(933)	(1.371)
Total	(3.583.762)	1.324	(30.607)	3.323	(3.609.722)	(4.320.529)	3.292	(14.286)	(4.331.523)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



14. Resultado financeiro

	2023	2022
Receitas financeiras		
Renda de aplicação financeira	27.439	23.664
Variação cambial	192	54
Juros e atualização monetária de mercado curto prazo	1.157	322
Outras receitas financeiras	1.052	-
(-) PIS/COFINS sobre receitas financeiras	(1.379)	(1.115)
	28.461	22.925
Despesas financeiras		
Variação cambial	(118)	(97)
Encargos de dívidas	(67)	-
Penalidade contratual	(12.350)	-
Atualização de impostos e multas	(66)	(127)
Garantias e fianças	(10)	(18)
Imposto sobre operações financeiras - IOF	(504)	(342)
Despesas bancárias	(90)	(355)
Cessão de crédito - factoring	(40)	(254)
Outras despesas financeiras	(1)	(430)
	(13.246)	(1.623)
Total	15.215	21.302

15. Impostos de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

15.1 Imposto corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

A Companhia é tributada pelo regime de lucro real com recolhimentos por estimativa mensal.

A Administração avalia, periodicamente, a posição fiscal de situações que requeiram interpretações da regulamentação fiscal e estabelece provisões quando apropriado.

A composição da base de cálculo e dos saldos desses tributos é a seguinte:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	2023		2022	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
a) Composição dos tributos no resultado:				
Na rubrica de tributos:				
Correntes	(78.902)	(28.451)	(45.060)	(18.198)
Diferidos	1.852	704	(6.820)	(488)
	(77.050)	(27.747)	(51.880)	(18.686)
b) Demonstração do cálculo dos tributos - despesa:				
Resultado antes dos tributos	316.373	316.373	206.591	206.591
Adições:				
Permanentes - Despesas indedutíveis e multas	24	24	1.051	1.051
Incentivos fiscais	(32)	(32)	-	-
Juros sobre capital próprio	(6.500)	(6.500)	-	-
Outras despesas indedutíveis	(1.568)	(1.568)	(25)	(25)
	(8.076)	(8.076)	1.026	1.026
Base de cálculo	308.297	308.297	207.617	207.617
Alíquota nominal dos tributos	15%	9%	15%	9%
Alíquota adicional sobre o valor excedente a R\$ 20/mês	10%	-	10%	-
Despesa com tributos às alíquotas nominais	(77.050)	(27.747)	(51.880)	(18.686)
Total	(77.050)	(27.747)	(51.880)	(18.686)

15.2 Imposto diferido

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias não tributáveis. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e prejuízos tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas e os créditos e prejuízos tributários possam ser utilizados.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada a cada encerramento de balanço ou em período inferior, quando ocorrer eventos relevantes que requeiram uma revisão. Quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado, de acordo com o prazo máximo da concessão. A expectativa de geração de lucros tributáveis futuros é determinada por estudo técnico. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à alíquota do imposto determinada pela legislação tributária vigente na data do balanço e que se espera ser aplicável na data de realização dos ativos ou liquidação dos passivos que geraram os tributos diferidos.

O imposto diferido é reconhecido de acordo com a transação que o originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos estão apresentados líquidos em razão dos impostos diferidos serem relacionados somente à Companhia e sujeitos à mesma autoridade tributária, além de haver um direito legal assegurando a compensação do ativo contra o passivo fiscal.

O saldo dos impostos diferidos está composto da seguinte forma:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	Balanços patrimoniais		Resultado	
	31.12.2023	31.12.2022	2023	2022
Tributos diferidos ativos:				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3.586	4.037	(451)	3.604
Participação nos lucros	835	635	200	635
Provisão materiais e serviços	3.854	295	3.559	259
Outras provisões	461	-	461	-
	8.736	4.967	3.769	4.498
Tributos diferidos passivos:				
Instrumentos financeiros derivativos	(7.864)	(6.651)	(1.213)	(11.806)
	(7.864)	(6.651)	(1.213)	(11.806)
Total	872	(1.684)	2.556	(7.308)

Uso de estimativas

Com base no estudo técnico de geração de lucros tributários futuros e estimativas da Administração, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia estima a realização dos tributos diferidos ativos nos seguintes exercícios:

Ano de realização	Valor
2024	7.784
2025	46
2026	46
2027	46
2028 a 2030	676
2031 a 2033	138
Total	8.736

Os valores reconhecidos correspondem às melhores estimativas da Administração, com base no prazo provável de realização e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento tributário.

A Companhia prepara anualmente seu plano estratégico para os anos seguintes, no qual projeta os resultados operacionais e financeiros futuros para a Companhia, baseados numa visão macroeconômica que leva em consideração aspectos como crescimento econômico do país onde a Companhia possui operações, taxa básica de juros, inflação, índice de alavancagem, demanda por seus produtos e serviços etc. Tais projeções, formam parte de um grande processo realizado pelo Grupo Enel para definição de suas estratégias globais e são apresentados ao mercado anualmente. Com base nessas projeções, são realizados estudos técnicos conservadores de viabilidade de realização dos créditos fiscais diferidos da Companhia.

O estudo de realização dos créditos fiscais diferidos é realizado considerando a capacidade de absorção anual projetada das diferenças temporárias e do prejuízo fiscal acumulado, observada na estimativa de lucros tributáveis futuros, juntamente com suas estratégias de planejamento tributário. A Administração entende que a presente estimativa é consistente com seu plano de negócio, à época da elaboração do estudo técnico, de forma que não é esperada nenhuma perda na realização desses créditos.

16. Partes relacionadas

A Administração identificou como partes relacionadas à Companhia: (i) seus controladores, administradores e demais membros do pessoal-chave da Administração; e (ii) empresas em controle comum pertencentes ao Grupo Enel - conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) – Divulgação de partes relacionadas.

Em 31 de dezembro 2023 e 2022, os saldos de transações com partes relacionadas podem ser assim resumidos:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



16.1 Controladora (Enel Brasil)

Natureza da operação	Vigência	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
		Ativo (Passivo)	Ativo (Passivo)	Receitas (despesas)	Receitas (despesas)
Mútuo	Abril de 2023 a Abril de 2024	-	-	(67)	-
Compartilhamento de infraestrutura	Fevereiro de 2024	(1)	-	-	-
Dividendos	Dezembro de 2023 a dezembro de 2024	(14.919)	(74.006)	-	-
Total		(14.920)	(74.006)	(67)	-

A Companhia mantém com sua controladora contrato de fruição de utilidades comuns que prevê o compartilhamento de infraestrutura.

16.1.1 Mútuo

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia realizou uma operação de mútuo que foi celebrado com sua controladora Enel Brasil S.A. Essa operação teve como objetivo reforçar o capital de giro da Companhia. Os detalhes dessa operação de mútuo estão apresentados a seguir:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Taxa efetiva a.a. (%)	Tipo de amortização	Pagamento de juros	Desembolsado	Finalidade	Garantia
Mútuo Enel Trading - Enel Brasil I	40.158	09/05/23	12/05/23	1,17% a.a + CDI	Bullet	Bullet	40.158	CAPITAL DE GIRO	N/A

A movimentação é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Captações	40.158
Encargos provisionados	67
Encargos pagos	(67)
Amortizações	(40.158)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



16.2 Empresas em controle em comum

Natureza da operação e parte relacionada	Vigência	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
		Ativo (Passivo)	Ativo (Passivo)	Receitas (despesas)	Receitas (despesas)
Compra e venda de energia		(117.811)	(108.325)	(2.551.484)	(2.659.338)
ENEL GREEN POWER CACHOEIRA		(61.996)	(56.875)	(798.833)	(614.104)
ENEL GREEN POWER VOLTA GRANDE		(7.036)	(6.551)	(81.191)	(77.910)
EGP ESPERANCA 16		(2.971)	(3.096)	(40.573)	(37.037)
EGP ESPERANCA 21		(4.371)	(4.710)	(53.307)	(49.899)
EGP ESPERANCA 22		(3.909)	(3.741)	(50.715)	(47.475)
EGP ESPERANCA 25		(1.868)	(1.795)	(23.756)	(22.433)
EGP ESPERANCA 26		(3.624)	(4.186)	(43.900)	(41.171)
EGP SAO GONÇALO 07		(1.646)	(2.154)	(19.926)	(18.714)
EGP SAO GONÇALO 08		(1.799)	(2.307)	(19.925)	(18.714)
EGP SAO GONÇALO 11		(1.799)	(2.307)	(19.924)	(18.714)
EGP SAO GONÇALO 12		(1.799)	(2.307)	(19.924)	(18.714)
EGP FONTE DOS VENTOS 02		(3.016)	(2.831)	(39.507)	(36.477)
EGP FONTE DOS VENTOS 03		(2.649)	(2.583)	(41.005)	(38.544)
EGP SAO GONÇALO 14		(2.016)	(1.810)	(25.418)	(20.992)
EGP SAO GONÇALO 15		(2.016)	(1.856)	(25.418)	(20.693)
EGP SAO GONÇALO 17		(1.633)	(1.797)	(25.126)	(19.197)
EGP SAO GONÇALO 18		(2.066)	(1.548)	(24.225)	(17.190)
EGP SAO GONÇALO 19		(1.855)	(1.766)	(25.124)	(15.810)
EGP CUMARU 01		(1.421)	(3.679)	(16.678)	(42.127)
EGP SAO GONÇALO 10		197	146	(7.995)	(9.652)
EGP SAO GONÇALO 21		338	7.840	(7.627)	(10.420)
EGP SAO GONÇALO 4		(231)	5.453	(8.321)	(2.882)
EGP SAO GONÇALO 5		(419)	14.569	(9.049)	(4.912)
EGP VENTOS SANTA ANGELA 2		2.591	2.679	338	(31.446)
EGP VENTOS SANTA ANGELA 3		2.569	2.377	369	(30.667)
EGP VENTOS SANTA ANGELA 4		3.600	(1.184)	323	(29.495)
EGP VENTOS SANTA ANGELA 5		1.192	(1.552)	(672)	(32.033)
EGP VENTOS SANTA ANGELA 6		2.527	(1.545)	347	(30.719)
EGP VENTOS SANTA ANGELA 9		884	(1.795)	(12.831)	(42.735)
EGP VENTOS SANTA ANGELA10		2.261	(1.520)	(9.836)	(38.387)
EGP VENTOS SANTA ANGELA11		2.106	(1.755)	(11.376)	(38.646)
EGP VENTOS SANTA ANGELA12	Até final da concessão	(1.671)	1.666	(26.451)	(24.426)
EGP VENTOS SANTA ANGELA13		(67)	(2.879)	(26.812)	(25.726)
EGP VENTOS SANTA ANGELA14		774	(1.610)	(9.206)	(37.119)
EGP VENTOS SANTA ANGELA15		2.451	(1.835)	(10.376)	(41.481)
EGP VENTOS SANTA ANGELA16		(193)	(3.391)	(29.277)	(28.114)
EGP VENTOS SANTA ANGELA17		3.638	(1.716)	(14.008)	(44.116)
EGP VENTOS SANTA ANGELA18		873	(3.007)	(28.138)	(27.121)
EGP VENTOS SANTA ANGELA19		1.073	(1.265)	41	(27.419)
EGP VENTOS SANTA ANGELA20		2.537	(1.414)	105	(30.388)
EGP VENTOS SANTA ANGELA21		1.017	(1.292)	(169)	(26.498)
EGP VENTOS SANTA ESPER 13		(714)	(2.640)	(15.144)	(31.937)
EGP VENTOS SANTA ESPER 15		(2.374)	(3.950)	(32.671)	(47.682)
EGP VENTOS SANTA ESPER 17		(2.192)	(3.868)	(28.070)	(43.442)
EGP SAO GONÇALO 6		(2.032)	650	(25.559)	(19.739)
EGP CUMARU 02		(3.587)	(3.443)	(41.455)	(39.317)
EGP CUMARU 03		(3.350)	(3.991)	(39.424)	(38.012)
EGP CUMARU 04		(3.385)	(2.727)	(39.425)	(37.229)
EGP CUMARU 05		(1.662)	(3.418)	(20.006)	(33.729)
ENEL GREEN POWER VENTOS DE SÃO ROQUE 01 S.A		(3.226)	(1.832)	(46.549)	(18.562)
ENEL GREEN POWER VENTOS DE SÃO ROQUE 02 S.A		(3.131)	(2.740)	(45.288)	(18.460)
ENEL GREEN POWER VENTOS DE SÃO ROQUE 04 S.A		(1.070)	2.141	(38.491)	(12.709)
ENEL GREEN POWER VENTOS DE SÃO ROQUE 08 S.A		(1.864)	(2.255)	(45.165)	(18.272)
ENEL GREEN POWER VENTOS DE SÃO ROQUE 11 S.A		(3.171)	(2.699)	(44.310)	(18.328)
ENEL GREEN POWER VENTOS DE SÃO ROQUE 16 S.A		(2.724)	(2.088)	(40.530)	(16.132)
ENEL GREEN POWER VENTOS DE SÃO ROQUE 17 S.A		(1.377)	1.738	(35.443)	(11.635)
ENEL GREEN POWER VENTOS DE SÃO ROQUE 18 S.A		(1.638)	1.793	(40.998)	(13.154)
ENEL GREEN POWER MOURAO S.A		(55)	(66)	(396)	(802)
ENEL GREEN POWER VENTOS DE SAO ROQUE 03 S.A.		(1.254)	-	(1.254)	-
ENEL GREEN POWER VENTOS DE SAO ROQUE 05 S.A.		(3.762)	-	(3.762)	-
ENEL GREEN POWER VENTOS DE SAO ROQUE 06 S.A.		(3.721)	-	(3.721)	-
ENEL GREEN POWER VENTOS DE SAO ROQUE 07 S.A.		(3.314)	-	(3.117)	-
EGP VENTOS SANTA ESPER 08		(2.021)	(1.849)	(26.466)	(23.312)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Natureza da operação e parte relacionada	Vigência	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
		Ativo (Passivo)	Ativo (Passivo)	Receitas (despesas)	Receitas (despesas)
ALVORADA ENERGIA S/A		(21)	(477)	(2.766)	(1.391)
ISAMU IKEDA ENERGIA S/A		(927)	(473)	(8.898)	(6.041)
QUATIARA ENERGIA S/A		(251)	(963)	(2.795)	(4.232)
EGP TACAICO EOLICA AS		(548)	729	(7.549)	(8.507)
EGP PEDRA DO GERONIMO EOL		585	(238)	(16.234)	(17.198)
EGP EMILIANA EOLICA AS		(206)	543	(10.771)	(11.601)
EGP PAU FERRO EOLICA AS		875	876	(13.506)	(14.331)
EGP JOANA EOLICA AS		898	1.543	(8.535)	(8.575)
EGP MODELO I EOLICA AS		571	1.398	(15.254)	(15.219)
EGP MODELO II EOLICA AS		441	1.022	(11.654)	(11.641)
EGP CABECA DE BOI AS		-	-	-	145
EGP FAZENDA AS		-	-	-	34
EGP DOIS RIACHOS EOLICA S		2.155	2.162	(2.908)	(4.275)
APIACAS ENERGIA S.A.		-	-	-	(559)
EGP SALTO APIACAS AS		25	21	218	(19)
EGP DELFINA B EOLICA AS		98	(644)	(26.556)	(25.682)
EGP DELFINA C EOLICA AS		(1.027)	(1.211)	(6.800)	(6.583)
EGP DELFINA D EOLICA AS		97	(2.912)	(27.593)	(26.879)
EGP DELFINA E EOLICA AS		1.149	(1.266)	(28.781)	(28.289)
EGP BOA VISTA EOLICA AS		453	(544)	(29.768)	(29.711)
EGP SAO ABRAAO EOLICA AS	Até final da concessão	123	(2.433)	(29.688)	(29.472)
EGP MORRO DO CHAPEU II EO		2.825	958	(21.184)	(21.721)
EGP MORRO DO CHAPEU I EOL		3.043	1.093	(18.376)	(19.873)
EGP PARANAPANEMA AS		(387)	(666)	(4.668)	(2.302)
EGP ZEUS II-DELFINA VIII		2.544	1.018	264	(30.683)
EGP SAO GONÇALO 3		(83)	13.660	(5.566)	(1.066)
EGP VENTOS SANTA ANGELA 1		2.549	(1.190)	446	(29.753)
EGP VENTOS SANTA ANGELA 7		1.852	(918)	263	(23.041)
EGP VENTOS SANTA ANGELA 8		1.123	(1.380)	(2)	(28.279)
PRIMAVERA ENERGIA S.A		-	-	-	(176)
EGP VENTOS DE SAO ROQUE 22		(226)	-	(226)	-
EGP VENTOS DE SAO ROQUE 19		(226)	-	(226)	-
ENEL GREEN POWER AROEIRA 01 S.A.		(38)	-	(38)	-
ENEL GREEN POWER AROEIRA 06 S.A.		(566)	-	(566)	-
ENEL GREEN POWER AROEIRA 07 S.A.		(528)	-	(528)	-
ENEL GREEN POWER AROEIRA 08 S.A.		(641)	-	(641)	-
EGP SAO GONÇALO 1		78	2.939	(5.319)	(843)
EGP SAO GONÇALO 2		(15)	3.786	(7.611)	(2.845)
EGP SAO GONÇALO 22		139	7.840	(7.775)	(10.418)
SOCIBE ENERGIA S/A		(677)	(425)	(7.553)	(5.542)
Compartilhamento de Infraestrutura		(362)	-	-	-
EGP CACHOEIRA DOURADA SA	Fevereiro de 2024	(362)	-	-	-
Expatriados		(3.708)	(1.245)	(2.064)	(1.206)
ENEL GLOBAL TRADING SPA	Indeterminado	(3.236)	(1.245)	(2.064)	(1.206)
INVERSORA CODENSA SAS	Indeterminado	(472)	-	-	-
Acordo compensação financeira		3.320	-	-	-
FOTOVOLTAICA SAO FRANCISCO	Setembro de 2024	3.320	-	-	-
Total		(118.561)	(109.570)	(2.553.548)	(2.660.544)

Compra e venda de energia: Contratos bilaterais livremente negociados, conforme regras e procedimentos de comercialização específicos, no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”), observando-se os preços e condições usuais de mercado.

Remuneração da Administração

A remuneração total do Conselho de Administração e dos administradores da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 1.040 (R\$ 1.014 em 2022). A Companhia mantém ainda benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho.

17. Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro

Considerações gerais

A Companhia possui políticas de mitigação de riscos financeiros e adota estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Com essa finalidade, mantém sistemas gerenciais de controle e acompanhamento das suas transações financeiras e seus respectivos valores, com o objetivo de monitorar os riscos e oportunidades/condições de cobertura no mercado.

17.1 Instrumentos financeiros

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



17.1.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

	Categoria	Nível (*)	31.12.2023		31.12.2022	
			Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	2	228.508	228.508	60.393	60.393
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio do resultado	2	87.351	87.351	62.063	62.063
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do resultado	2	23.133	23.133	19.561	19.561
			338.992	338.992	142.017	142.017
Passivo						
Fornecedores	Custo amortizado	2	395.258	395.258	444.390	444.390
Cauções e garantias	Custo amortizado	2	72.478	72.478	50.355	50.355
Dividendos a pagar	Custo amortizado	2	13.749	13.749	74.006	74.006
			481.485	481.485	568.751	568.751
Total			820.477	820.477	710.768	710.768

* Conforme detalhado na nota explicativa 17.1.2 Hierarquia do valor justo

Uso de estimativas

As aplicações financeiras classificadas como (i) Caixa e equivalente de caixa; e (ii) Títulos e valores mobiliários, são registradas inicialmente pelo seu valor justo e atualizadas por amortização de principal e correção de rendimentos com base na curva da taxa DI apurada no período, conforme definido na contratação. Todas as aplicações da companhia são vinculadas a índices financeiros pós fixados, portanto não é esperada alteração significativa entre o valor contábil e o valor justo.

As operações de derivativos, quando realizadas, são para proteger o caixa da Companhia. A contratação dos derivativos é realizada com bancos que possuem *investment grade* (escalas locais das principais agências de riscos) com “*expertise*” necessária para as operações, evitando-se a contratação de derivativos especulativos.

A operação com instrumentos financeiros derivativos é mensurada por meio de modelo de precificação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. O valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto.

Para as demais rubricas, o valor contábil dos instrumentos financeiros é uma aproximação razoável do valor justo. Logo, a Companhia optou por divulgá-los com valores equivalentes ao valor contabilizado.

Operações com instrumentos financeiros derivativos – compra e venda a termo de energia

A Companhia possui alguns contratos de compra e venda de energia mantidos para negociação no mercado que são mensurados a uma curva de preço futuro de mercado (curva *forward*). O objetivo dessa operação é obter ganhos através da variação de preço no mercado e considera a política de risco da Companhia. Tais operações são transacionadas em mercado ativo e atendem a definição de instrumentos financeiros de acordos com as normas contábeis CPC48.

O valor justo dos derivativos é estimado com base na metodologia de nível 2, com utilização de cotações de preços publicadas em mercados ativos que considera: (i) preços estabelecidos nas operações de compra e venda recentes; (ii) margem de risco no fornecimento; e (iii) preço de mercado projetado no período de disponibilidade.

A movimentação da curva e de mercado dos instrumentos financeiros derivativos estão dispostos abaixo:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	31.12.2023	31.12.2022
Saldo em 31 de dezembro de 2022	19.561	(1.273)
Ajuste a valor justo dos contratos de energia - positivo	8.327	32.732
Ajuste a valor justo dos contratos de energia - negativo	(4.755)	(11.898)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	23.133	19.561

A estimativa de valor de mercado das operações de derivativos foi elaborada baseando-se no modelo de fluxos futuros a valor presente, descontados a taxas de mercado apresentadas pela B3 na posição de 31 de dezembro de 2023.

17.1.2 Hierarquia do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1** - dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo;
- **Nível 2** - dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado;
- **Nível 3** - dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

17.2 Gerenciamento de riscos

A Companhia segue as diretrizes do Sistema de Controles Internos e de Gestão de Riscos (SCIGR) definido no nível da Holding (Enel Spa), que estabelece as diretrizes para a gestão de riscos por meio das respectivas normas, procedimentos, sistemas etc., que serão aplicadas nos diferentes níveis da Companhia, nos processos de identificação, análise, avaliação, tratamento e comunicação dos riscos que o negócio enfrenta continuamente.

Estes processos são aprovados pelo Conselho de Administração da Enel SpA, que abriga um comitê de controles e riscos, que apoia a avaliação e decisões do conselho com relação aos controles internos e sistema de gestão de risco, bem como aquelas relacionadas à aprovação de relatórios financeiros periódicos.

Existe uma política específica de controle e gestão de riscos aplicável à Enel Brasil e suas subsidiárias, que é revisada e aprovada anualmente pelo Conselho de Administração da Companhia, observando e aplicando os requisitos locais em termos de cultura de risco.

Adicionalmente, existem procedimentos organizacionais na Companhia que abordam a gestão abrangente de riscos de forma abrangente, os quais complementam outras políticas específicas que são estabelecidas em relação a determinados riscos, funções corporativas ou linhas de negócio do grupo, e que incluem limites e indicadores que são posteriormente monitorados, sendo elas: política de gestão de garantias, política controle de risco de *commodities*, política de controle de risco de crédito e contraparte, política de controle de risco financeiro política de cobertura (taxa de câmbio e taxa de juros), e política de mudanças climáticas.

A Companhia busca proteção para todos os riscos que possam afetar seus objetivos, utilizando 6 macros categorias de riscos: financeiro; estratégico; governança e cultura; tecnologia digital; *compliance*; operacional; e 37 (trinta e sete) subcategorias de riscos para identificar, analisar, avaliar, tratar, monitorar e comunicar seus riscos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



(a) Estrutura de gerenciamento de riscos

O Grupo Enel possui um comitê global de gerenciamento de riscos, o qual possui as seguintes atribuições: aprovar as políticas de risco propostas pela área de Holding; aprovar os limites de exposição propostos; autorizar a quebra de limites; definir estratégias de risco mediante a identificação de planos de ação e instrumentos para mitigar riscos e supervisão geral sobre a gestão e controle de riscos.

O sistema de gestão de risco da Companhia considera três linhas de defesa para obter uma gestão eficaz e eficiente de gestão e controle de riscos, onde as unidades de negócios e controles internos são a primeira linha de defesa, a área de gestão de riscos, atuando como segunda linha de defesa e, finalmente, a auditoria Interna atuando como terceira linha de defesa. Cada uma dessas três "linhas" desempenha um papel diferente dentro da estrutura de governança mais ampla da organização e tem a obrigação de informar e manter a alta administração e os diretores atualizados sobre a gestão de riscos, sendo que a alta administração é informada pela primeira e segunda linhas de defesa e o Conselho de Administração (Diretores) por sua vez pela segunda e terceiras linhas de defesa.

A área de *Risk Control* (Controle de Riscos) possui a Certificação Internacional ISO 31000:2018 (G31000) e atua de acordo com as diretrizes vigentes desta norma internacional para gerenciar os riscos, onde o principal objetivo é identificar riscos (endógenos e exógenos) de forma preventiva, analisar e avaliar de forma a quantificar o impacto e a probabilidade de materialização destes riscos, dentro da etapa de avaliação de riscos, bem como realizar o devido tratamento destes riscos, através da definição de ações de mitigação e planos de ação em conjunto com as Áreas de Negócio e seus respectivos *Risk Owners* (Proprietários dos Riscos), com objetivo de garantir as boas práticas de governança corporativa e assegurar a continuidade do negócio.

Dentro de cada empresa do grupo, o processo de gestão de riscos é descentralizado. Cada gestor responsável pelo processo operacional no qual o risco se origina também é responsável pela identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação deste risco.

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

(b.1) Risco de crédito

Esse risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes ou de uma contraparte, em um instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais.

No caso de transações financeiras, existem políticas que estabelecem regras e limites para realizar operações com contrapartes. Essas políticas levam em consideração, dentre outras variáveis, a classificação de risco de crédito (rating) e valor do patrimônio líquido da contraparte.

O risco é basicamente proveniente de: (i) contas a receber de clientes; e (ii) equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

(b.2) Gerenciamento de capital

A Companhia controla sua estrutura de capital de acordo com as condições macroeconômicas e setoriais, de forma a possibilitar o pagamento de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário. A Companhia também monitora constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira.

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode revisar a sua prática de pagamento de dividendos e/ou aumentar o capital através de emissão de novas ações. A estrutura de capital da Companhia encontra-se demonstrada no quadro abaixo:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	31.12.2023	31.12.2022
Instrumentos financeiros derivativos	23.133	19.561
Dívida	23.133	19.561
Caixa e equivalentes de caixa	(228.508)	(60.393)
Títulos e valores mobiliários	(87.351)	(62.063)
Dívida líquida	(292.726)	(102.895)
Patrimônio líquido	270.956	109.631
Índice de endividamento líquido	1345%	-1528%

(b.3) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na possibilidade de a Companhia não ter recurso suficiente para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a sua reputação.

(b.4) Riscos de mercado

(b.4.1) Riscos de taxas de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, como por exemplo, indicadores de inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas ao pagamento à fornecedores no mercado de energia.

A Companhia celebra contratos de curto prazo para comercialização futura de energia de acordo com as determinações e exigências regidas pela CCEE (“Camara de Comercialização de Energia Elétrica”). A CCEE é responsável por assegurar que a transação realizada entre os agentes do mercado seja devidamente honrada entre as partes assegurando o exercício do direito exequível aos participantes, bem como as obrigações. A Companhia celebra contratos de curto prazo para comercialização futura de energia de acordo com as determinações e exigências regidas pela CCEE (“Camara de Comercialização de Energia Elétrica”). A CCEE é responsável por assegurar que a transação realizada entre os agentes do mercado seja devidamente honrada entre as partes assegurando o exercício do direito exequível aos participantes, bem como as obrigações. A Companhia está sujeita a flutuação dos preços negociados no qual os valores dos contratos são modificados em resposta à alteração dos preços de energia e sua liquidação ocorre em data futura. Tais preços atendem ao nível hierárquico de nível 2 cotados para ativos e passivos similares nos sub mercados regionais de energia com informações corroboradas pelos principais participantes do mercado.

18. Compromissos

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia estão descritos conforme abaixo:

	2024	2025	2026	2027	Após 2027
Compra de energia	606.005	605.740	517.770	455.630	4.883.160
Serviços de logística	5.421	1.655	412	106	150

19. Seguros

Os principais ativos em serviço da Companhia estão segurados por uma apólice de risco operacional, e seguro de responsabilidade civil que faz parte do programa de seguros corporativos do Grupo Enel.

As especificações por modalidade de risco estão demonstradas a seguir:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Riscos cobertos	Vigência		Importância assegurada	Limite máximo de garantia (sinistro)
	De	Até		
Responsabilidade civil geral	31/10/23	31/10/24	n/a	1.260.750
Responsabilidade civil de administradores	10/11/23	10/11/24	n/a	77.618
Riscos ambientais	31/10/23	31/10/24	n/a	106.609

Para os seguros de responsabilidade civil ambiental, responsabilidade civil administradores e responsabilidade civil geral, o valor limite contempla todas as empresas do grupo.